

PENTECOSTALISMOS E TEOLOGIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS LÍDERES ASSEMBLEIANOS ANTÔNIO TORRES GALVÃO E MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS¹

*Pentecostalism and political theology: an analysis
from the act of the assembly leaders Antônio Torres
Galvão e Manoel de Conceição Santos*

Osiel Lourenço de Carvalho²

RESUMO

Ao longo da história brasileira houve grupos que articularam suas teologias com práticas políticas. Um exemplo disso foram as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Mas e quando esse grupo religioso é pentecostal? Nas décadas de 1950 e 1960 os assembleianos Antônio Torres Galvão e Manoel da Conceição dos Santos exerceram expressiva liderança política no nordeste brasileiro. O presente artigo se propõe a relacionar a ação política desses pentecostais com suas concepções

¹ O artigo foi recebido em 30 de janeiro de 2016 e aprovado em 17 de fevereiro de 2017 com base na avaliação dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo com pesquisas nas áreas de história e teologia pentecostal. Email: osiel_carvalho@yahoo.com.br.

teológicas. Metodologicamente vamos analisar os aspectos biográficos de Galvão e Manoel a fim de tentar compreender se é possível falar de uma teologia política pentecostal.

Palavras-chave: Pentecostalismos; teologia política; teologia pentecostal; Galvão; Manoel.

ABSTRACT

Throughout Brazilian history there were groups that articulated their theologies with political practices. An example of this was the CEBs (Ecclesial Base Communities). But when is this religious group Pentecostal? In the 1950s and 1960s, the Assemblies Antônio Torres Galvão and Manoel da Conceição dos Santos exerted significant political leadership in northeastern Brazil. The present article proposes to relate the political action of these Pentecostals with their theological conceptions. Methodologically we will analyze the biographical aspects of Galvão and Manoel in order to try to understand if it is possible to speak of a Pentecostal political theology.

Keywords: Pentecostalismos; political theology; pentecostal theology; Galvão; Manoel.

INTRODUÇÃO

Quando se discute as relações entre pentecostalismos e política, quase sempre se diz que esse grupo religioso vivia à margem dos processos decisórios da esfera pública. Entretanto, houve lideranças assembleianas que exerceram destacada influência na política partidária entre os anos de 1950 e 1960. Uma delas foi o pastor nordetista Antônio Torres Galvão. Além de ter sido um dos pioneiros das Assembleias de Deus no nordeste brasileiro, Galvão foi governador do estado de Pernambuco. Outra personalidade de destaque nesse período foi o assembleiano Manoel da Conceição dos Santos, ou simplesmente o “Mané”. Ele foi um dos muitos presos políticos que foram torturados durante o Regime Militar.

A partir do estudo da atuação política de Antônio Torres Galvão e Manoel da Conceição dos Santos esse artigo quer discutir em que medida a experiência religiosa-pentecostal deles influenciou sua atuação nos

processos políticos. Muito já se falou que o pentecostalismo, desde as suas origens tem características como solidariedade, ajuda mútua entre os membros, socorro aos marginalizados, entre outras. Essas dimensões pentecostais impulsionaram ou mesmo embasaram práticas políticas de Galvão e Manoel? É possível articular teologicamente essas práticas? É o que discutiremos a seguir.

1 PASTOR ANTÔNIO TORRES GALVÃO: “O LIBERTADOR DE PAULISTA”

Pode-se dizer que a entrada de lideranças evangélicas na política partidária é um marco. Podemos criticar a qualidade da atuação dessas forças políticas, mas elas representaram uma tentativa, de certa forma bem-sucedida, de romper a hegemonia católica na relação religião e Estado. Mesmo que a influência do catolicismo tenha se mantido, ela agora teria que “rivalizar” com a força política dos grupos evangélicos. Privilégios e leis relacionados aos cultos católicos seriam agora questionados no espaço público. Nesse novo cenário há uma “reinstucionalização” de grupos religiosos evangélicos com novos contornos identitários e emocionais (MALLIMACI, 1996, p. 13).

Desse modo, quando uma liderança pentecostal assumia um cargo era conferido a essa comunidade religiosa um sentimento de cidadania e representatividade. Portanto, concordamos com Bandini (2003, p. 89), pois a instituição religiosa fortalecia sua identidade na conquista de *status*, poder e legitimidade no espaço público; dava-lhe empoderamento, pois o grupo que era desprestigiado socialmente possuía agora poder para eleger seu representante e desse modo era estebelecida uma relação entre identidade religiosa e cidadania. Um dos exemplos desse momento das Ad's em 1950 foi a ascensão política do pastor Galvão.

Durante o governo de Getúlio Vargas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sintetizava a política trabalhista. Nela os direitos e deveres de empregados e patrões eram regulados. Direito a férias, segurança no trabalho, estabelecimento de uma jornada semanal de trabalho, entre outros, eram direitos que deveriam ser garantidos e resguardados pelo Estado; além da liberdade de se constituir sindicatos, tanto de empregados como de patrões. Na estrutura sindical estavam os sindicatos com uma abrangência municipal, as federações a nível estadual e a confederação de abrangência nacional. Cabia ao Ministério do Trabalho reconhecer ou suspender o registro de agremiações sindicais.

A partir de 1945 os sindicatos adquiriram maior liberdade em relação à tutela do Ministério do Trabalho, de modo que conquistam o direito à greve e eleições livres de suas lideranças. Nesse processo, o PTB e o PCB³ são partidos que contribuíram nas articulações com os movimentos de organização de trabalhadores. A CLT não garantia os direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais, que era uma estratégia política de Vargas para manter o apoio que os proprietários rurais davam ao seu governo. Em 1945 é criado o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) que entre suas reivindicações estava a extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais. Além do MUT, surgiu também o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Todas elas usavam o direito à greve como uma ferramenta de pressão tanto aos empregadores como a determinadas políticas governamentais.

Uma das muitas lideranças sindicais desse período foi o assembleiano Antônio Torres Galvão. Galvão nasceu em 13 de junho de 1905 na cidade de Goianinha (RN). Ainda jovem migrou para Paulista, no in-

³ O PCB teve seu registro cassado em 1947, de modo que 143 sindicatos ligados aos comunistas foram fechados.

terior de Pernambuco, tendo sido consagrado ao pastorado pelo sueco Joel Carlson.⁴ Galvão foi um dos pioneiros das ADs em Pernambuco, tendo escrito vários artigos no *Mensageiro da Paz* e composto hinos para a *Harpa Cristã*. Em 1946 foi eleito deputado estadual pelo PSD e reeleito o deputado mais votado do estado em 1950. Em 1963 o pastor José Menezes escreveu uma matéria no jornal *Mensageiro da Paz* intitulado “Cuidado com a política no ministério”. Nesse artigo, Galvão foi citado como um bom exemplo aos pastores que desejavam ingressar na política partidária.

Um pastor que galgou o lugar de vereador, amanhã pleiteará o de deputado, depois embriagado pelo rico ambiente tentará a carreira de governador com a ideia de servir à causa (como é sempre a plataforma). Se no futuro, alguém alcançar esse posto, há de afirmar logo mais, com toda a certeza que tal pessoa apostatou da fé para servir de ferrolho nas mãos do mundo. Alguém dirá: “Torres Galvão foi eleito deputado, e logo mais governador do Estado de Pernambuco, por uma eventualidade, mas não se desviou da fé”. No entanto, o nosso saudoso irmão quando ingressou na política, afastou-se da direção da igreja, entregando-se completamente aos negócios do Estado. CUIDADO com a política no ministério (MP, n. 13, p. 2, 1963).

De fato, no período em que esteve na política partidária, Galvão deixou a liderança da igreja que pastoreava, mas continuou a exercer atividades pastorais como pregador, ensinador e escritor das ADs em Pernambuco. Antes da meteórica ascensão política, Galvão liderou e organizou o Sindicato de Fiação e Tecelagem em Paulista, o qual reunia funcionários de fábricas que pertenciam à família que comandava as Casas Pernambucanas. Na época a região de Paulista era um importante polo

⁴ Joel Carlson (1889-1942) foi o fundador da Assembleia de Deus em Pernambuco. Na Suécia foi membro da Igreja Batista, tendo migrado para Nova Iorque onde teve contato com um grupo de pentecostais. Tempos depois mudou para Chicago e em janeiro de 1918 chegou como missionário ao Brasil. Foi enviado por Gunnar Vingren e Daniel Berg para Recife.

industrial que atraiu mão de obra nordestina. Eram cerca de 20 mil operários, na época era o maior conjunto de fábricas da América Latina.

A liderança de Galvão entre os operários levou os trabalhadores da indústria têxtil de outras cidades, como foi o caso de Igarassu, a aderirem ao sindicato. Tempos depois foi nomeado juiz classista do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco. Em 1949 escreveu um livro intitulado *Direito e Deveres dos Trabalhadores*, em que fez uma análise histórica, a partir de 1930, da política trabalhista brasileira na qual os trabalhadores deveriam ter suas garantias respeitadas. No seu primeiro mandato como deputado estadual participou da elaboração da Constituinte do estado de Pernambuco, tendo sido eleito 2º vice-presidente da Mesa Diretora e em seguida presidente da Assembleia Legislativa em 1952.

Um dos projetos de Galvão que viraram lei foi o que obrigava a desapropriação de cinquenta hectares de terras da Companhia de Tecidos Paulista, que se tornou uma área livre da cidade. Desde então, essa área recebeu o nome de “Vila Torres Galvão”. Por essa e outras iniciativas Galvão recebeu o título na época de “Libertador de Paulista”. Em agosto de 1952 o governador do Estado, Agamenon Magalhães faleceu, de modo que não havendo o cargo de vice-governador Galvão assumiu o governo do estado até que fossem convocadas novas eleições. É o único operário que governou Pernambuco em sua história.

2 MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS: “MINHA PERNA É A MINHA CLASSE”

O fim do Estado Novo favoreceu a mobilização de grupos camponeses em várias partes do Brasil. Mesmo assim, havia restrições à sindicalização das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, tendo em vista que, à exceção do PCB, os outros partidos eram, em sua maioria,

comprometidos com os latifundiários. Para “driblar” as referidas restrições as trabalhadoras e trabalhadores do campo atuavam a partir do Código Civil que garantia a fundação e funcionamento de associações, mesmo que não de caráter trabalhista. Sendo assim, centenas de Ligas Camponesas surgiram no país. Nos primeiros anos não foi possível ascensão de grandes lideranças camponesas, tendo em vista que elas ainda faziam parte da estrutura partidária do PCB e, desse modo, a liderança nacional era exercida por Luiz Carlos Prestes (MORAIS, 2012). Desse modo, até a cassação do registro do PCB em 1947, havia aliança operário-camponesa centralizada no partido.

A cassação do PCB representou a desarticulação de associação de trabalhadoras e trabalhadores, de modo que as Ligas Camponesas que quisessem prosseguir suas atividades tiveram que fazê-lo na clandestinidade e já não contavam mais com o apoio partidário. Entre 1948 e 1954 houve confrontos violentos entre camponeses e a polícia. Um dos conflitos foi *A Revolta de Dona Noca* no Maranhão. Nela, dona Doca como era chamada, reuniu, armou e liderou centenas de camponeses contra o governador eleito Eugênio de Barros. Em 1954 aconteceu o I Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas (MORAIS, 2012). O encontro foi encerrado pela polícia.

Foi a partir de 1954 que as Ligas começaram a ressurgir, por intermédio da liderança de José Ayres dos Prazeres. Em Iputinga, cidade próxima a Recife, José dos Prazeres e outras lideranças criaram o Conselho Regional das Ligas Camponesas. Essa estrutura regional e não apenas municipal era uma das formas de dificultar a interferência direta dos latifundiários, da polícia e da justiça, além de ter maior abrangência. Passaram a compor o Conselho Regional de Ligas profissionais liberais, políticos e demais pessoas que se interessavam pelos direitos das camponesas e dos camponeses; isso deu um caráter mais institucional ao movimento.

No início, o Conselho arregimentou os posseiros e arrendatários da terra. Entretanto, no contexto da exploração de camponeses, havia também os assalariados agrícolas; esses eram os mais vulneráveis, pois vendiam sua força de trabalho ao capitalismo rural e viviam em condições de miséria e abandono: também sofriam castigos corporais e outras formas de violência. Ao que tudo indica, esses assalariados agrícolas foram considerados pouco importantes na estrutura inicial do Conselho Regional das Ligas.

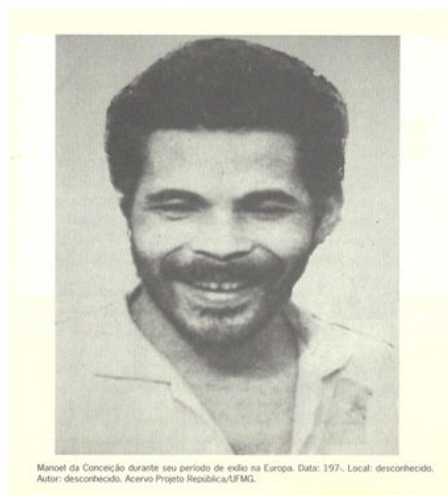
Um dos fatores que favoreceram a expansão das Ligas Camponesas foi a ampliação de liberdades democráticas oriundas do governo de Juscelino Kubitschek (MORAIS, 2012). Problemas nacionais como a fome e a reforma agrária passaram ter maior repercussão na imprensa e entraram na pauta de debates dos estados e municípios. Importantes nesse processo foram as obras publicadas pelo professor Josué de Castro, que a partir de sua experiência no Nordeste escreveu *Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Sete Palmas de Terra e um Caixão e Homens e Carangueijos*. O professor Josué de Castro foi também presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Em agosto de 1955 foi realizado o Congresso de Salvação do Nordeste, em que num momento inédito da história do Brasil se reúnem pessoas de todas as camadas sociais para discutirem o problema da fome e da reforma agrária. No mês seguinte, com a liderança do professor Josué de Castro foi realizado o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, onde pela primeira vez foi discutido um esboço daquilo que poderia ser uma reforma agrária, de modo que finalizaram o congresso com um desfile camponês pela capital pernambucana.

Em 1955 foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) com a finalidade de organizar as trabalhadoras e

trabalhadores rurais. A Ultab recebeu apoio das Ligas, muito embora não tenham formalizado esse apoio mediante a filiação; nesse momento eram movimentos distintos e independentes. Os camponeses do Nordeste, tendo em vista que eram em sua maioria analfabetos utilizavam violeiras e mediante canções relembavam outros movimentos de protesto social como foram os messiânicos. A Ultab logo se expandiu para os demais estados brasileiros (MORAIS, 2012), exceto no Rio Grande do Sul, pois ali Leonel Brizola já havia criado o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER). Embora a Ultab fosse, em termos numéricos, superior às Ligas, esta tinham um caráter mais revolucionário e radical.

Uma das principais lideranças camponesas no Nordeste brasileiro foi o assembleiano Manoel da Conceição Santos. O jornal *Pasquim* o chamou de “um subversivo indomável” (SANTOS, 2010, p. 13). Manoel lutou por bandeiras como valorização da diversidade ecológica, étnica e cultural; espírito de solidariedade e cooperação; democracia participativa e equidade; desconcentração econômica e de poder e desenvolvimento local e integração regional.



Manoel da Conceição Santos no período do exílio

Fonte: Acervo Projeto República da UFGM

A sociologia das ausências é parte de uma reflexão de Boaventura de Souza Santos (2002) sobre a reinvenção da emancipação social. Nela, são discutidas alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo glo-

bal. Esse processo conduzido a partir de “baixo” por pessoas ou movimentos sociais seria uma globalização contra-hegemônica. O projeto de investigação de Boaventura priorizou cinco áreas temáticas em diferentes movimentos e experiências: “democracia participativa; sistemas de produção alternativos; multiculturalismo, direitos coletivos e cidadania cultural; alternativas aos direitos de propriedade intelectual e biodiversidade capitalista; novo internacionalismo operário” (SANTOS, 2002, p. 237). Um dos objetivos era o de identificar outros discursos ou narrativas sobre o mundo.

A sociologia das ausências proposta por Boaventura de Souza Santos quer dar visibilidade às iniciativas e movimentos alternativos, a fim de evitar o desperdício da experiência social. Desse modo “o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Essas ausências são fragmentos da experiência social invisibilizados pela cultura hegemônica; são experiências circunscritas numa dimensão da não existência. Para que não haja desperdício da experiência a sociologia das ausências tem por objetivo identificar e presentificar as referidas experiências. Desse modo, pensamos que a trajetória política de Manoel da Conceição Santos precisa ser não apenas conhecida, mas também presentificada.

Manoel da Conceição Santos ou Mané como também é conhecido, nasceu em 1935 numa região conhecida como Pedra Grande no município de Coroatá – interior do estado do Maranhão. A família era constituída de oito pessoas, de modo que seu pai e sua mãe trabalhavam; enquanto criança cabia a Manoel a responsabilidade de, na ausência dos pais, cuidar dos outros irmãos. Desde cedo, a cultura e a religiosidade popular estiveram presentes no seu cotidiano, pois de acordo com Manoel “minha mãe era devota de Nossa Senhora da Conceição e no momento

do parto teve dificuldade, então disse: ‘Se eu não morrer, meu filho vai chamar-se Manoel da Conceição’” (SANTOS, 2010, p. 78).

Certa vez Raimundo Frazão, um deles ficou doente e para a mãe de Manoel aquilo era obra do diabo, pois o garoto passou a comer terra e ficou com a barriga inchada. Ela então fez uma promessa de que, se o Raimundo fosse curado ela o afilharia ao padre Cícero. Manoel conta que todos os anos iam participar de uma festa religiosa dedicada ao São Raimundo; entretanto, ele via com certas ressalvas aquele festejo, pois “vai se confessar, conta os pecados do ano, depois faz os mesmos pecados de novo, briga com a família, bate na mulher. Tudo é pecado de fazer, mas se faz tudo debaixo do pano. Todos os dias aquele inferno misturado com religião” (SANTOS, 2010, p. 84).

A família havia herdado um terreno na cidade de Buriti e tempos mais tarde o estado passou a cobrar o imposto territorial dessa e de outras pequenas propriedades. Todavia, eles não puderam arcar com o referido imposto. Desse modo, o chefe do poder político e econômico da cidade, Luís Soares, disse que faria o usucapião e colocaria todas as propriedades em seu nome a fim de as deixarem regularizadas. Porém, com a morte de Luís Soares em 1953 sua mulher assumiu os negócios, de modo que ela passou a cobrar o aluguel das terras que pertenciam aos camponeses. O pai de Manoel resistiu o tanto quanto pôde, mas a família acabou sendo expulsa de sua propriedade em 1955.

Nesse mesmo ano a família se mudou para Bacabal e de lá para Santa Luzia e, por fim, Copaíba onde construíram sua roça. Foi nessa última cidade que Manoel passou a fazer parte da AD por volta de 1957. Quanto a isso ele disse que “em Copaíba tinham as famílias protestantes que se distinguiam basicamente em Assembleia de Deus e Adventistas do Sétimo Dia. A Assembleia de Deus era um negócio muito popular. Todo mundo se chamava de irmão, se visitava” (SANTOS, 2010, p. 103). Esse

caráter comunitário entre pessoas pobres no assembleianismo foi um dos elementos que chamou a atenção de Manoel, tendo em vista que se alguns dos crentes estivessem em dificuldades era socorrido pela comunidade assembleiana.

Após sua conversão, ele exerceu atividades na igreja como professor da escola dominical até se tornar o dirigente da congregação local. Nesse período, Manoel também trabalhava como ferreiro numa oficina que havia construído; esse lugar serviu também como ponto de pregação e de conscientização dos habitantes de Copaíba relacionada a seus direitos. Em razão de seu destaque na AD bem como seu trabalho como ferreiro foi eleito delegado distrital da associação de moradores.

Uma de suas funções era representar a população contra as investidas dos grandes proprietários de terras. No primeiro dia de reunião da associação presidida por Manoel, o chefe do poder político e econômico de Copaíba enviou cerca de cem de seus jagunços à região, os quais já chegaram ao povoado armados com rifles, facas e revólveres, de modo que cinco pessoas morreram na ocasião. Manoel e sua família conseguiram escapar vivos do ataque e se deslocaram para uma região chamada Pindaré-Mirim.

Manoel relata que seu primeiro contato com o sindicalismo rural aconteceu em 1962 mediante o Movimento de Educação de Base (MEB) órgão esse que mantinha um convênio com o governo de João Goulart e era ligado à Igreja Católica (SANTOS, 2010). O referido contato se deu por um curso ministrado pelo MEB, pois “no dia de começar o curso, tinha lá trinta e cinco trabalhadores rurais do município de Pindaré-Mirim. Muita coisa na época, durante o curso a gente não aprendeu. Mas depois, revendo os papéis a gente começou a assimilar” (SANTOS, 2010, p. 131).

Todos os participantes do curso eram analfabetos e por isso o material didático utilizado era todo feito com imagens. Nelas eram retratados temas como democracia, cidadania, eleições e direitos dos trabalhadores rurais. A partir daí, os trabalhadores rurais se empenharam não apenas no sindicalismo, mas também construíram uma escola com barro, palha e madeira (no estilo mutirão) para alfabetização de crianças e adultos. Manoel foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios maranhenses de Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Santa Inês.

Com o golpe militar de 1964 ele teve que abandonar o sindicato, pois nesse ano muitos camponeses foram perseguidos e mortos pela polícia. Manoel fugiu para uma região de mata denominada Caru; ali havia uma AD e o pastor tentou convencer Manoel a assumir uma das congregações. Entretanto, Manoel resolveu construir uma igreja que serviria como sua base religiosa. Além de pastor local, Manoel acabou exercendo a função de líder entre os trabalhadores rurais daquela localidade. O pastor da AD em Caru se dizia amigo do José Sarney, o qual foi apresentado a Manoel em 1965.

Naquele ano, Sarney teve maior projeção no cenário político e se apresentava como um candidato que defenderia os interesses dos camponeses; desse modo, Manoel atuou como seu cabo eleitoral. Após a eleição de Sarney, Manoel retornou a Pindaré com o objetivo de reorganizar os sindicatos de trabalhadores rurais na região. O envolvimento de Manoel com o sindicalismo despertou a desconfiança de certas lideranças pentecostais de Pindaré, muito embora muitos trabalhadores rurais assembleianos fossem simpatizantes com seus ideais. Segundo Manoel (2010) uma Assembleia de Deus do povoado de Pimenta se transformou numa assembleia do sindicato, onde se reuniam para tratar de assuntos de interesses dos trabalhadores rurais. Quanto à sua experiência na comunidade religiosa ele afirma:

A gente, ao ser crente, assimilou e teve uma prática de vida comunitária, viver sempre muito unido, procurando as pessoas, preocupado. Vai aqui, vai acolá, entra em contato, vê o problema, o que pode fazer no interior, se faz. O que teve um papel muito importante na articulação de comunidades. O que serviu para esses trabalhadores, pelo fato de serem crentes, continuassem unidos na luta contra a dominação, exploração que existia ali (SANTOS, 2010, p. 194).

Em 1968 o regime militar passou a reprimir com mais intensidade as organizações sindicais de trabalhadores rurais. Quando os policiais chegaram a Pindaré e viram uma faixa com o escrito *Guerra Popular derruba a ditadura* se sentiram provocados. Quiseram então saber quem eram os líderes do movimento e quando encontraram o Manoel *abriram fogo*, de modo que ele foi baleado no pé com dois tiros de fuzil. Ele ainda tentou resistir, mas foi dominado pelos policiais. Mesmo com o sangramento Manoel foi levado para a penitenciária; ali, sua perna acabou gangrenando.

Estudantes, assembleianos e católicos de São Luís denunciaram o caso e alguém fretou um avião para que Manoel fosse transferido para um hospital na capital. Ele havia ficado seis dias em Pindaré sem nenhum tratamento na perna e em razão disso quando chegou ao hospital os médicos precisaram amputá-la. Dias depois apareceram no hospital pessoas que se diziam representantes do governo e dariam um emprego a Manoel, de modo que ele trabalharia para o Sarney. Ofereceram também uma perna mecânica, carro e um emprego para sua mulher. Desconfiado daquilo, recusou a proposta e afirmou que “minha perna é minha classe” (SANTOS, 2010, p. 2013).

Quando teve alta do hospital os trabalhadores rurais se uniram e compraram a perna mecânica para Manoel. Nesse período, cerca de quatro mil agricultores eram liderados por ele. Foi em Pindaré-Mirim que Manoel teve contato com a Ação Popular (AP), organização essa que

dava cursos sobre processos revolucionários e financiou uma viagem de Manoel para a República Popular da China; ali teria encontrado pessoalmente Mao Tse-Tung. De volta ao Brasil esteve ainda mais engajado nos movimentos populares contrários ao regime militar e, em razão disso, foi preso em janeiro de 1972.

Foram quatro anos na prisão e nesse período foi torturado de maneira bárbara numa penitenciária do Rio de Janeiro. Os soldados o encapuzaram e deram pontapés em suas costas, barriga e estômago. Em seguida o botaram no chão onde foi amarrado e o jogaram dentro do que pode ter sido uma piscina. Após vomitar muita água tiraram sua perna mecânica, suas roupas e o algemaram num poste. Ali o espancaram. Em seguida foi pendurado nu em uma grade e teve seu pênis amarrado para não urinar. Foram seguidas as torturas e em quase todas elas Manoel terminava desmaiado de dor. Ele também foi colocado no pau de arara onde era amarrado pelos testículos e recebia choque na orelha, nariz, nos dedos e nos testículos. Após seguidas torturas Manoel não mais aguentou e confessou que era uma das lideranças da Ação Popular. As imagens a seguir são reportagens veiculadas em jornais estrangeiros que relataram os processos de perseguição política em que Manoel esteve envolvido.

Durante o período em que esteve preso houve significativa mobilização nacional e internacional por sua libertação. A Anistia Internacional acompanhou o caso e cerca de vinte mil cartas foram enviadas ao general Médici com pedido para que Manoel fosse libertado. O papa Paulo VI foi um dos que enviaram cartas. Foi criado na Suíça o Comitê Internacional Manoel da Conceição com repercussões na Itália, Alemanha e França. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também atuou em prol da libertação de Manoel.

O pastor estadunidense Tom Clinton liderou uma organização com dezoitos comitês em solidariedade a Manoel (SANTOS, 2010). Median-

te a pressão desses organismos nacionais e internacionais ele foi solto com a condição de ter que deixar o Brasil. Seu destino foi a Suíça onde foi acompanhado pela Liga Suíça de Defesa dos Direitos Humanos. Durante esse período participou de cursos e atos públicos em diversos países europeus, africanos e no Oriente Médio. Com a anistia pôde retornar para o Brasil em 1979.

3 TEOLOGIA POLÍTICA PENTECOSTAL

Já se sabe que o pentecostalismo é uma religião das margens, tendo em vista que foi constituída de grupos subalternos que ficavam distantes de propostas culturais hegemônicas e saberes racionalistas. Entretanto, esse sujeito pentecostal pôde reelaborar sua experiência e fazer das margens um polo criativo de novos sentidos para a vida e a existência. É estabelecida uma relação entre os marginalizados e suas crenças a fim de superar a exclusão. Nesse contexto, a lógica da inércia e alienação é rompida, pois essa relação entre as margens e o imaginário religioso é potencializadora. Os marginalizados sentiam-se excluídos pelas classes dominantes, mas escolhidos por Deus. Isso potencializa um processo dinâmico que faz *andar para frente*, mudar de vida.

As denominações pentecostais preencheram um vazio social e nelas homens e mulheres pobres buscaram dignidade. Para a autora indiana de teorias do pós-colonialismo Gayatri Chakravorty Spivak (1988), o subalterno não é apenas uma palavra para definir o oprimido, mas representa aquelas e aqueles que não conseguem lugar num contexto excludente, de modo que os subalternos são todas e todos que não podem falar. Historicamente no Brasil, os grupos subalternos não tiveram voz nem representatividade em razão de seu *status* social. Desse modo, subalteridade está relacionada com processos de silenciamento e invisibili-

dade. Já se sabe que as Assembleias de Deus no Brasil cresceram a partir da adesão de pessoas cujos corpos eram, na maioria, pobres, negros e femininos. Portanto, a entrada na política partidária de assembleianos conferia àquela comunidade empoderamento. Acreditamos que isso pode ter acontecido com a ascensão política do pastor Antônio Torres Galvão.

Tem-se em vista que os corpos pentecostais viviam em estado de permanente exceção; eles criaram nas margens novas formas de afetação e sociabilidade. Essas vidas incluíram sinergia coletiva, cooperação social e subjetiva. Nesse vazio social produzido pelo estado de permanente exceção as comunidades pentecostais criaram aquilo que poderíamos chamar de outra micropolítica da governamentalidade com novos modelos de associação e invenção de novos espaços-tempo. Nesse contexto, a pneumatologia teve papel importante no movimento pentecostal.

Antônio Carlos Magalhães (2006) aponta perspectivas a partir da pneumatologia: i) *diversidade*, pois o Espírito sempre abre novos horizontes, o que potencializa a criatividade nos espaços marginais; ii) *diálogo*, tem em vista que a unidade na diversidade é uma das principais dimensões da pneumatologia; iii) *pluralidade eclesiológica*, pois ninguém pode absolutizar dogmas e esquemas doutrinários. Portanto, acreditamos que nos espaços pentecostais questões relacionadas à classe e raça, por exemplo, foram redimensionadas por essas experiências a partir da pneumatologia. Todas e todos podiam afetar e ser afetados na comunicabilidade pentecostal. Doutrinas do pentecostalismo como ser cheio do Espírito e ser batizado com o Espírito Santo reforçam a ideia de que se foi transformado e agora se vive numa nova dimensão e de que é preciso avançar, crescer, desenvolver.

A experiência de ser batizado com o Espírito Santo nos espaços pentecostais estava longe de ser individual e pessoal; ela tinha que ser partilhada. Não importava se era homem, mulher, velho, jovem, criança,

líder ou leigo. A experiência precisava ser vivida e comungada por toda a comunidade. Essa dimensão é uma das principais características da teologia pentecostal. Se os espaços sociais eram marcados pela desigualdade e hierarquização, nas margens os pentecostais estabeleciam novos parâmetros de convivência humana. Essas novas relações aconteciam para além da rigidez litúrgica e ênfases doutrinárias e dogmáticas. Há, portanto, dimensões político-sociais nesses espaços subalternos pentecostais.

Nos lugares de marginalização, a experiência é a chave hermenêutica e a efusão do Espírito promove o nivelamento de posições sociais. Assim, há um enfraquecimento de hierarquizações e mediações eclesiais e desse modo homens e mulheres podiam romper com processos de invisibilidade. Não queremos dizer com isso que esse espaço pentecostal fosse isento de tensões oriundas de certas disputas. Todavia, esse lugar de marginalização e subalternidade atraiu pessoas invisibilizadas, pois a comunidade pentecostal lhes conferia empoderamento discursivo e sentimento de superação dos processos de exclusão social. Portanto, acreditamos que esses espaços subalternos pentecostais também tinham sua dimensão política elas podem ter sim influenciado a atuação de Manoel da Conceição dos Santos em sua luta por justiça e igualdade.

A escatologia também pode exercer influência na teologia política pentecostal. Os espaços subalternos e marginalizados eram compreendidos no pentecostalismo como experiências limiares e que em breve seriam mudadas. Walter Benjamin discutiu a ideia de limiar, que está relacionada com os ritos de passagem, mudança, transição (BENJAMIN, 2006). O limiar indica um tempo intermediário e segundo o autor as sociedades contemporâneas vivem na escassez de experiências limiares. Essas experiências são encontradas nos grupos milenaristas, onde a dimensão temporal se espacializa e representa a passagem para outro tipo de mundo. Logo, os grupos subalternos milenaristas vivem no limiar ao mesmo tem-

po em que vivem na fronteira “que é também o lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos” (MARTINS, 2014, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde suas origens há um núcleo político no pentecostalismo. As narrativas políticas circularam a partir de suas crenças e práticas e elas podem sim ter influenciado a atuação política do pastor Antônio Torres Galvão e do Manoel da Conceição dos Santos. Nessas experiências políticas analisadas destacamos três características políticas i) projeto de maior visibilidade pública ii) representatividade política como empoderamento de grupo marginalizado, pois é um pentecostalismo que deseja sair das margens e iii) articulação política com teologia pentecostal. As novas configurações comunitárias que surgiram no Brasil a partir do assembleianismo contribuiriam para uma *biotência do coletivo*, onde o *poder da vida* emergia das experiências, êxtase, ascetismo, cânticos, músicas, testemunhos, culto nos lares e mediante outras formas de associação e empoderamento da comunidade.

Houve e ainda há vozes dissonantes nas Assembleias de Deus quando se trata de apoio às lideranças pentecostais que entram para a política partidária. Essa é apenas uma das indicações de que não existe homogeneidade tanto no discurso como em práticas políticas no interior do pentecostalismo. Apesar da heterogeneidade e de vozes dissonantes, percebe-se que esse processo deu empoderamento aos pentecostais. O grupo que há décadas foi marginalizado se viu representado em instâncias de poder. Desse modo, podemos falar não apenas de uma teologia política pentecostal mas também que *pentecostalismo é política*.

REFERÊNCIAS

BANDINI, Claudirene de Paula. *Religião e política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002*. Dissertação de Mestrado apresentada na UFSCAR, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. *Uma Igreja com Teologia*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006.

MALLIMACI, Fortunato. *A situação religiosa nos países Cone-Sul*. 1996. Conferência sobre religião globalização realizada no Congresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2014.

MORAIS, Cladimir Santos. História das Ligas Camponesas. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MP - MENSAGEIRO DA PAZ. Rio de Janeiro, de 1950.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Manoel da Conceição. *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG,

Lawrence (Ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: Chicago Press, 1988.